OESTE CATARINENSE
HISTÓRIA DOS SEUS EMPREENDEDORES

Carlos José Pereira
Antonio Carlos Freddo

Resumo

"Oeste Catarinense – História dos Seus Empreendedores" expõe a ocupação da região, seus empreendedores, época e como ocorreu. É uma tentativa de demonstrar que a busca de novas oportunidades de viver, conjugada com atividades cotidianas adredemente planejadas acaba por levar à cons-trução de uma nova sociedade. Caçador, Chapecó, Concórdia, Joaçaba e Videira, formam a base de uma região que, de totalmente despovoada no início do século XX, foi se formando de forma lenta, porém gradual até constituir-se nos dias de hoje em uma região de grande importância econômica para o País, devido ao agronegócio.

Palavras-chave

Povoamento, ferrovia, empreendedorismo

Abstract

"Santa Catarina-West – History of its entrepeuners" exibit the region occupancy, its entrepeuners, age and how it happened. It is a try to demonstrate that the search of new opportunities to live, conjugated with dayli activities purposely planned turn to built a new society. Caçador, Chapecó, Concórdia, Joaçaba and Videira are the basis of a region that was completely unhabited in the beggining of the XX century, went moulding in a slow but progressive way up to be nowadays in a region of large economical significance to the country, due to agribusiness.

Keywords

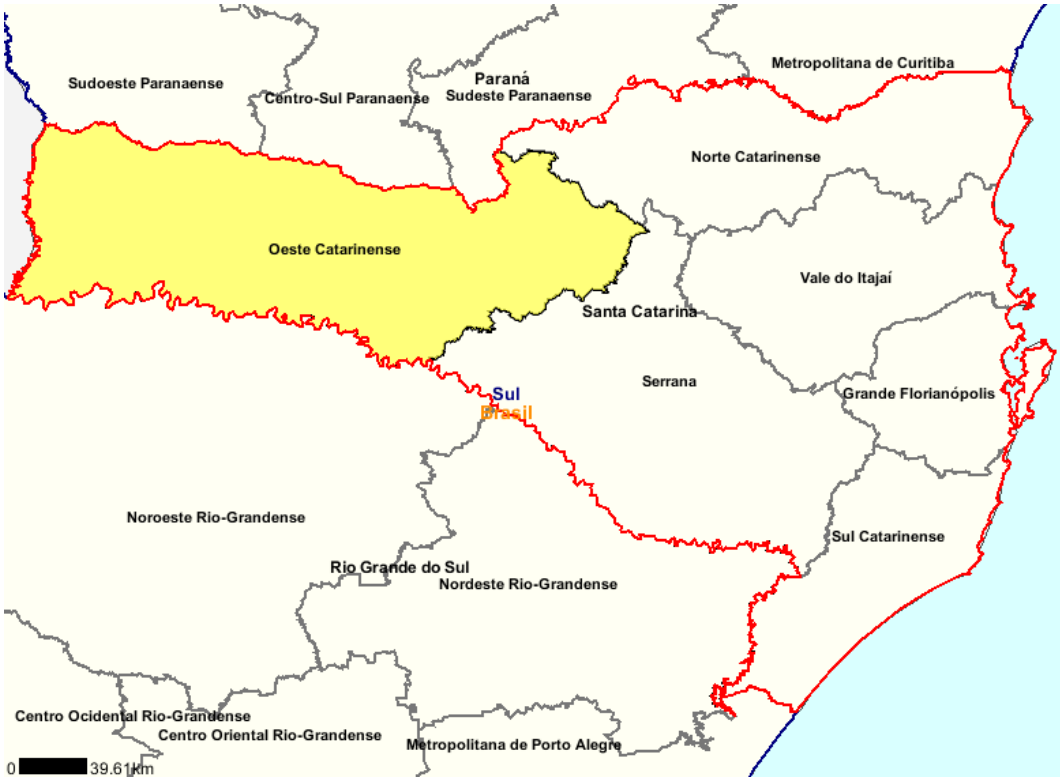
Population, railway, entrepreunership

OESTE CATARINENSE
HISTÓRIA DOS SEUS EMPREENDEDORES

Carlos José Pereira
Antonio Carlos Freddo

1 Introdução

Este trabalho pretende estudar a forma de ocupação de parte do território do Oeste Catarinense, as razões da fixação do homem à terra, mais especificamente, os imigrantes alemão e italiano, as duas etnias dominantes dentre outras que definiram o caldo cultural hoje lá existente, como portugueses, espanhóis, poloneses, etc.



Fonte: http://mapas.ibge.gov.br/divisao/viewer.htm

A região a ser estudada engloba as cidades de Caçador, Chapecó, Concórdia, Joaçaba e Videira, assim como aquelas que se desenvolveram perifericamente a estas.

Este estudo procurará identificar as razões que levaram a região a dedicar-se às atividades que hoje nela predominam, quer seja, atividades do setor primário, secundário ou terciário, assim como as razões de foro íntimo dos seus primeiros ocupantes, que somadas às necessidades primeiras da busca pela sobrevivência, aliadas ao seu empreeendedorismo e gerenciamento constituiu a base decisorial que levou à formação econômica que a região tem hoje.

No estudo histórico-econômico e na definição do perfil atual da região serão consideradas, entre outros fatores, as lutas do Contestado e a construção da estrada de ferro.

O Oeste Catarinense é uma região cuja área geo-política tem sido alterada ao correr dos anos, devido a injunções políticas e econômicas.

2 Século XVI: Espanha e Portugal definem seus domínios

No início do século XVI, a região correspondente ao atual Oeste Catarinense, bem como a quase totalidade do Estado de Santa Catarina, não pertenciam à Coroa Portuguesa, mas à Espanha. Portugal e Espanha desenvolviam, naquela época, seu colonialismo expansionista, tendo quase chegado à guerra pela posse das terras do continente americano. O Tratado de Tordesilhas pôs fim à lide e determinou que as terras seriam de Portugal ou Espanha, conforme se situassem a leste ou a oeste de uma linha divisória imaginária, estabelecida de pólo a pólo a 370 léguas do Arquipélago de Cabo Verde.

O Estado do Rio Grande do Sul e a quase totalidade do Estado de Santa Catarina, portanto, couberam à Coroa Espanhola. Os portugueses, entretanto, tendo primeiro aportado em nossas costas, entenderam que a terra lhes pertencia e trataram de ir se fixando nela. E o fizeram lenta, mas decididamente. No início do século XVIII, Portugal dominava serenamente a região.

Economicamente, o Brasil vivia a época da mineração. A perspectiva mercantil do fornecimento de gado para alimentar essas populações interessava aos paulistas, que optaram pelo gado existente no sul do país. Para possibilitar tal intercâmbio, foi aberta uma estrada ligando os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. A cidade de Lages, em solo catarinense, estava inserida na rota. Alguns paulistas, então, aí se fixaram, iniciando o seu povoamento.

A partir de Lages, são ocupadas as terras de Curitibanos e Campos Novos, de onde partem os desbravadores do Oeste Catarinense.

Foram essas entradas de brasileiros, feitas no sentido leste-oeste, que permitiu ao Brasil garantir a posse da área de que hoje dispõe a Região Sul.

3 A divisão territorial atual

Atualmente o Oeste Catarinense, quando citado de forma genérica, é entendido como a porção do Estado de Santa Catarina situada entre as proximidades da ferrovia que liga Porto União (SC) e União da Vitória (PR), cidades gêmeas, situada ao norte, com as cidades de Uruguai (SC), situada ao sul, com a ferrovia fazendo às vezes de fronteira leste, enquanto a fronteira à oeste é a fronteira Brasil-Argentina.

Para efeito de delimitação da área objeto de deste estudo foi utilizada a divisão micro-regional do Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, representada pelo somatório das micro-região 305-Colonial do Rio do Peixe e 306-Colonial do Oeste Catarinense. Geograficamente o Oeste Catarinense está compreendido entre os paralelos 26º 15' e 27º 30'e os meridianos 50º 28' e 53º 50' a oeste de Greenwich.

Seus limites são, ao sul, o Rio Uruguai, como divisor natural das terras do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; a oeste, a divisão natural que separa o Brasil da Argentina, formada pelo Rio Peperi-Guaçu, afluente do Rio Uruguai; ao norte, a linha demarcatória entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, partindo do sentido oeste, onde os dois Estados se limitam com a Argentina, indo em direção ao leste até o ponto em que o Estado do Paraná faz fronteira com os municípios catarinenses de Matos Costa e Caçador e seguindo a divisa entre esses dois municípios até atingir a do oeste do município de Lebon Régis; a leste partindo da divisa entre Matos Costa, Caçador e Lebon Régis, seguindo os limites de Santa Cecília, Curitibanos-Fraiburgo, Herval Velho, Campos Novos, até atingir a fronteira do Rio Grande do Sul.

Em termos físicos a região é classificada como de clima mesotérmico, tendo, porém, sofrido algumas alterações nos últimos anos. As secas de verão, por exemplo, tem causado prejuízos, provocando perdas da produção agrícola. Na safra de 77/78 tais perdas foram de 50% e na de 78/79, de 40%. Em algumas regiões, principalmente na região Colonial do Rio do Peixe, o solo apresenta-se com baixa fertilidade. Em conjunto o Oeste Catarinense apresenta 86% de sua área utilizável para a lavoura, 10% para pastagem e silvicultura e 4% são inaproveitáveis para a agricultura, segundo o PROINFRA (1980, p. 11).

A região objeto deste estudo representa, em relação à totalidade do Estado de Santa Catarina, uma importante parcela, reconhecida, atualmente, como "celeiro do Estado".

4 A estrutura sócio-econômica recente

A importância do Oeste Catarinense pode ser sopesada nos dados abaixo:

	SC total (a)	Oeste Catarinense (b)	(b)/(a)	SC sem a região Oeste(c)	(c)/(a)
Área, km2	95.985	25.338	26%	70.647	74%
População, 1980	3.628.761	894.544	25%	2.734.217	75%
Habitantes/km2	38	35	92%	3	8%
Municípios	197	64	32%	133	68%
Municípios/km2	0,0021	0,0025	123%	0,0019	92%
Produto industrial, Cr$, 1975	24.163.147	3.800.869	16%	20.362.278	84%
Produto agrícola, Cr$, 1975	6.547.169	3.327.461	51%	3.219.708	49%
Fonte: IBGE, Censos de 1975 e 1980					

Podemos notar que a participação populacional é compatível com o território da região pois ele representa 26% da área estadual e a população, segundo dados do Censo Demográfico preliminar, de 1980, eqüivale a 25% da população estadual.

Apesar de ser a área do Estado de colonização mais recente, a densidade demográfica corresponde, estribando-nos nos dados preliminares do Censo de 1980, a 92% da densidade estadual, pois o Estado como um todo tem 38 habitantes/km2 enquanto que a região tem 35 habitantes/km2.

5 A ocupação territorial

Os movimentos migratórios foram intensos e a população que se fixou na região foi atraída pela riqueza do solo, à época em que começaram a aportar seus primeiros povoadores, por volta dos anos 20.

O retalhamento político da região é maior do que a divisão política do Estado, pois este quando tomado sem a região oeste detém 68% dos municípios para 74% da sua área sobre os mesmos dados do Estado total, enquanto o Oeste tem 32% dos municípios para 26% da área do Estado total. Ou, alternativamente, pode-se dizer que todas as regiões do Estado, excluída a região do Oeste Catarinense tem um índice de 0,0019 municípios por km2 do seu território, enquanto o Oeste Catarinense apresenta um índice de 0,0025 municípios por km2 da sua área, o que representa um maior retalhamento do solo, possivelmente motivado por diplomáticas lutas políticas.

Parte do atual Oeste Catarinense constituiu, durante a 2ª Guerra Mundial, juntamente com o Sudoeste do Paraná, o Território do Iguaçu. O Presidente Getúlio Vargas, em 1943, ao reforçar a fronteira brasileira, somou 47.000km2, do Sudoeste do Paraná com 14.000km2 do Oeste Catarinense e formou o Território Federal do Iguaçu. Sua intenção era, considerada a perspectiva econômica futura da região, diante das pretensões expansionistas do então ditador argentino, Juan Domingo Perón, garantir "de facto" e "de jure" o território. Entretanto, no seio dos Estados paranaense e "barriga-verde", as populações receberam mal a constituição do novo território. O povo entendia que justamente nas áreas de expansão econômica dos respectivos Estados ocorriam amputações de território não desejáveis. A alocação de recursos

orçamentários para esta unidade da Federação, à época, foi tida de grande monta. A experiência, porém não foi bem sucedida e, em 1946, a nova Constituição Brasileira extinguiu o Território.

Os primeiros moradores da região, de quem se tem notícia, foram os silvícolas. Xanxerê ainda abriga alguns índios da tribo "caingangs".

O Estado de Santa Catarina, por sua vez, recebeu seus primeiros habitantes do exterior, imediatamente após a descoberta do Brasil. Provavelmente, Binot Palmier de Gonneville, comandando seu barco "Espoir", em 1504, tenha sido o primeiro a aportar no litoral catarinense.

Já o Oeste do Estado, deve ter tido seu solo pisado por europeus, pela primeira vez, em 1524, quando o espanhol Aleixo Garcia transitou por ele, em direção ao Paraguai. Aleixo Garcia naufragou nas proximidades da Ilha de Santa Catarina, onde está a cidade de Florianópolis, ao retornar à Espanha, após uma expedição ao Rio da Prata, onde esteve junto com Juan Dias Soliz, que foi morto pelos índios, conforme descrito por Santos (1974, p. 21).

As primeiras tentativas de povoar o interior do Estado catarinense foram feitos pelos paulistas, movidos por razões de ordem econômica. No século XVIII, São Paulo adquiria gado do Rio Grande do Sul, e Santa Catarina era o entreposto abastecedor de Minas Gerais. O Governador da Capitania do Estado de São Paulo determinou que fosse fundada uma vila na parte meridional da sua capitania. Coube a Antônio Correa Pinto fazê-lo e em 1771 Lages foi fundada, como sendo território paulista, apesar dos protestos dos catarinenses. Lages passou a centro de criação de gado, além de ser parte do corredor de transporte do mesmo, do território gaúcho para o paulista, como descrito por Cabral (1970, p. 74-75). Depois da fundação de Lages, surgem São Joaquim, Curitibanos, Mafra e Rio Negro, esta em solo paranaense.

Em 1820, Lages é integrada ao território catarinense, em termos jurídicos, porém São Paulo só deixa de considerá-la seu território em 1854, com a criação da Província do Paraná. A ordem para São Paulo abster-se de considerar Lages como parte de seu território tinha sido de D. João VI, devido à distância entre São Paulo e Lages ser muito grande, de acordo com Santos (1974, p. 54). A atividade econômica preponderante de Lages era a agro-pastoril, que se irradiou para os campos próximos. A região do Oeste Catarinense foi beneficiada com isso, pois foi de Lages e região que partiram alguns de seus primeiros habitantes.

Em 1839 adentraram o Oeste Catarinense fazendeiros de Guarapuava, então pertencente a São Paulo, e de Palmas, pertencente a Curitiba, os quais se instalaram em Campo Erê e Campo do Irani, dedicando-se à criação de gado. Os Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina queriam a posse desta região. São Paulo saiu da disputa em 1854, com a criação da Província do Paraná. O litígio entre Paraná e Santa Catarina só teria solução com o fim da Guerra do Contestado.

O Governo Imperial tentou colonizar o Oeste, principalmente para defender os interesses brasileiros, pois os argentinos cobiçavam a região. Em 1859, foi criada uma Colônia Militar às margens do Rio Chapecó, mas que só foi instalada em 1882, conforme relatado por Piazza (1970, p. 47, in Silva et al.). A questão conhecida como de Palmas ou Missões, foi levada a foro internacional. Em 1903, o Presidente americano Grover Cleveland deu ganho de causa ao Brasil e ao Estado de Santa Catarina. Nessa época não existiam estradas que ligassem o Oeste Catarinense aos centros mais populosos, mas apenas os caminhos de tropas. Exportava-se, então, gado e erva-mate.

A Revolução Federalista de 1893[1] permitiu que a região recebesse algumas famílias do litoral catarinense, além de gaúchos, pois entre estes os que se opunham ao governo do Marechal Floriano Peixoto eram perseguidos, buscando como refúgio as terras marginais dos rios Uruguai, Canoas e Pelotas. Piazza, (1970, p. 45-46, in JBF Silva et al.) afirma que "recentemente havia sido localizada em Concórdia, às margens do rio Uruguai, uma família cujos ancestrais se mudaram devido às perseguições sofridas por ocasião da Revolução de 1893".

O marco da efetiva colonização se deu no começo do século XX, coincidindo com o assentamento dos trilhos da ferrovia São Paulo-Rio Grande, no período compreendido entre 1908-1910. Em solo catarinense a ferrovia cruza todo o vale do Rio do Peixe, tendo sido colocados trilhos entre as cidades de Porto União e Volta Grande, conforme Thomé (1980, p. 71-85).

6 A atração da ferrovia e os interesses conflitantes

A implantação da ferrovia levou ao recrutamento de 10.000 pessoas, feito em grandes centros. Como havia pressa para a construção da ferrovia, os candidatos que se apresentavam eram aceitos sem qualquer seleção. Desta forma, contrataram-se pessoas praticamente desqualificadas, o que à luz do estado da ciência nesta área nos permite examinar os problemas havidos no gerenciamento cotidiano de tal força de trabalho. Considerando que o IBGE apontava para 1920 um total de pouco mais de 30.000 habitantes na região em estudo é fácil

[1] A Revolução Federalista foi um movimento de natureza política, eclodido no Rio Grande do Sul, destinado a hostilizar o Governo Federal e, dependendo, separar-se dele.

supor o efeito social pernicioso de 10.000 pessoas, muitas das quais com maus antecedentes, mesclado com aquela população. O banditismo difundiu-se por toda a região oestina, bem como nas suas proximidades.

Ao final da construção da ferrovia, aqueles empregados espalharam-se pela região que, por ser disputada pelo Paraná e Santa Catarina, não possuía policiamento mínimo necessário que a protegesse contra maus elementos.

A "Brazil Development and Colonization Company", subsidiária da construtora da estrada de ferro começou, em 1909, a trazer colonos gaúchos para se fixarem ao longo do trajeto da ferrovia. Eram italianos e alemães, oriundos e seus descendentes, que difundiram na região seus hábitos e culturas, técnicas de produção agro-pastoril e crenças religiosas.

Mas, em 1912, eclode a questão do Contestado e diferentes eventos secionam e dão novas cores à ocupação regional. A ocupação da região, feita inicialmente no século XIX por criadores de gado, os quais constituíram fazendas e trouxeram consigo agregados, de origem mestiça, os quais eram seus serviçais. Estes, ao se multiplicarem, foram forçados a abandonar as fazendas de criação de gado, passando a ocupar terras na mata virgem, onde trabalhavam como lavradores. Os agregados se viram forçados a abandonar as fazendas de criação de gado em que trabalhavam, porque estas, apesar de serem grandes propriedades, não tinham condição de absorver toda a mão de obra disponível, representada pelos próprios agregados e por seus filhos em idade de trabalhar.

Em conseqüência da distância em que os agregados se encontravam, em relação aos centros de civilização, não encontravam mercado para sua produção, ao passo que os pecuaristas, ligados àqueles centros, colocavam seu produtos nos mercados de gado.

Com esse pano de fundo, o monge João Maria encontrou condições ideais para, em 1911, iniciar o que se chamou Guerra do Contestado. Em 1916, as escaramuças cessaram, a região foi pacificada e os colonos começaram a chegar ao vale do Rio do Peixe. A Colônia Bom Retiro, parte da estação Herval (atual Herval d´Oeste), recebeu o primeiro contingente de gaúchos descendentes de alemães, os quais foram trazidos pela *Brazil Development and Colonization*[2] que loteou, à mesma época, terras em Chapecó[3]. Foram constituídas empresas gaúchas de loteamento e colonização, as quais adquiriram áreas da *Brazil Development and Colonization*. Vieram para o Oeste Catarinense, através dessa empresas, descendentes de alemães e italianos que, anteriormente, haviam povoado o Rio Grande do Sul.

A Revolução de 1930, entretanto, cortou o fluxo de colonos, não só para o Oeste, como também para todo o Estado. A colonização parou por que havia dúvidas sobre a legitimidade da posse e propriedade das terras.

Os agricultores, por sua vez, queriam mais terras. Em conseqüência, gaúchos e catarinenses dirigem-se ao Norte do Paraná. Por seu lado, o Estado catarinense chegou a reconhecer a legitimidade das terras, mas a União, nesse momento, põe em dúvida as concessões dadas à *Brazil Development and Colonization* e a colonização ficou parada.

Após a II Guerra Mundial, ou por volta de 1950, o assunto foi resolvido e o processo de imigração de gaúchos para o solo "barriga-verde" recomeçou. Estimativas indicam que 90% dos colonos que povoaram o Oeste Catarinense eram de origem italiana e alemã, sendo os demais de origem polonesa, ucraniana, portuguesa e indígena. Esses grupos dedicaram-se às

[2] Empresa do grupo Farqhuar, encarregada de colonizar terras lindeiras à ferrovia, concedidas pela União, como contraprestação pela construção da estrada de ferro.
[3] A União permitiu que a "Brazil Development and Colonization" loteasse terras longe da ferrovia, devido às próximas estarem ocupadas.

lavouras de milho, feijão, alfafa, trigo, mandioca, batata doce e abóbora. De forma geral, desenvolveram a criação de suínos, frangos e a indústria vinícola.

As ferrovias existentes nos três Estados da região sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foram construídas sem que se buscasse, via governos estaduais, integrá-las. No Brasil elas começaram a ser introduzidas nos tempos do império.

A ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, planejada pelo Governo Imperial, foi uma exceção à não integração. O Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889, autorizando sua construção foi assinado seis dias antes da Proclamação da República e ratificado no dia 7 de abril de 1890, através do Decreto nº 305, pelo Governo Republicano. Tal decreto previa uma ferrovia destinada a ligar Itararé (SP) a Santa Maria da Boca do Monte (RS), cuja construção seria efetuada por uma companhia a ser organizada pelo Engenheiro João Teixeira Soares. O Império remuneraria o capital que fosse investido na companhia com uma taxa de juros de 6% ao ano, isenta de impostos, por um período de 30 anos, sendo que o capital que, eventualmente excedesse a 37 mil contos (37.000:000$) não seria remunerado, conforme descrito por Thomé (1980, p. 37). A ferrovia que era a primeira de grande porte no sentido vertical, destinava-se a interligar quatro Estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os construtores tinham 90 anos de prazo para explorar a ferrovia, rezava o Decreto que autorizava sua construção e concedia alguns privilégios, como o de tomar posse de terrenos devolutos à margem do ramal ferroviário, desde que estivessem situados a até 15 km de cada margem da ferrovia, para serem colonizados no prazo de 50 anos; cabendo aos construtores a preferência para desapropriação de madeira existente e lavra das minas da região. Como era

sabido que o Engº Soares iria constituir uma empresa no exterior, o Decreto determinava que a companhia fosse domiciliada no país e adstrita às leis locais. Os projetos de construção deveriam ser concluídos em 2 anos e na sua apresentação deveriam ser demonstradas as estatísticas populacionais e de produção, tráfego provável, fertilidade dos terrenos, riquezas minerais e florestais, núcleos coloniais, pontos mais convenientes para as estações, entre outros. Havia uma preocupação governamental, demonstrada pelos detalhes exigidos no projeto, de que se conhecessem as terras que seriam rasgadas pela ferrovia.

A empresa construtora da ferrovia não poderia alienar a estrada sem prévia aprovação do governo e este, por sua vez, poderia, após 30 anos, resgatá-la, observando-se que o custo máximo admitido seria de trinta mil contos (30.000:000$) por km construído, a título de subvenção quilométrica.

Em 1980, J. T. Soares constituiu a *Compagnie Chemins de Fer Sud Oest Brèsilien*, com capital europeu, passando-lhe a direção da empreitada. Em 1891, valendo-se de autorização da União ela manteve para si apenas a construção do trecho de Cruz Alta a Santa Maria, em território gaúcho, transferindo para a Companhia União Industrial dos Estados do Brasil o trecho de Itararé (SP) a Cruz Alta (RS).

A *Compagnie Chemins de Fer Sud Oest Brèsilien* concluiu seu trecho com 142 km em 1894, inaugurando-o no dia 20 de novembro desse ano.

A União Industrial obteve aprovação de seu projeto para construção do trecho Cruz Alta-Rio Uruguai em outubro de 1892, iniciando a construção em conjunto com a Chemins de Fer que implantaria o trecho Cruz Alta-Santa Maria, ficando definitivamente planejado o trecho gaúcho da estrada.

A Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, porém, não continuou a obra, havendo, em 1894, transferido para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande a concessão da construção do trecho da ferrovia de Itararé a Cruz Alta, cujo projeto foi aprovado no início de 1895, tendo o trecho Rio Uruguai-Porto União, em território catarinense, a extensão de 594,3 km. A União, em 1896, encampou todas as ferrovias gaúchas, incluindo o trecho Santa Maria-Rio Uruguai, que passou a fazer parte da Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul. A ferrovia São Paulo-Rio Grande no percurso não encampado passou a denominar-se Estrada de Ferro de Itararé ao Rio Uruguai, conseguindo em outubro de 1900 a aprovação de seus regulamentos e tarifas. Em 1901 o Governo alterou algumas cláusulas, consolidando as demais através do Decreto 3947, de 7 de março de 1901, que tinha como uma de suas cláusulas mais importantes para a região do Oeste Catarinense a definição da linha tronco que partiria de Ponta Grossa, no Paraná, indo até a localidade de Rio Uruguai, em Santa Catarina, onde haveria o entroncamento com a Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

7 O Oeste Catarinense foi cobiçado pela Argentina e pelo Estado do Paraná

A posse do Oeste foi, no passado, motivo de grandes disputas. Brasil e Argentina digladiaram-se em tribunais internacionais por 30,6km2 de território compreendido entre o Sudeste do Paraná e o Oeste Catarinense. A pendência foi levada à decisão de Grover Cleveland, então Presidente dos Estados Unidos. Em setembro de 1889, o Brasil obteve ganho de causa, mas a assinatura do laudo só ocorreu em 1895. Isto pode justificar parte do atraso verificado na construção do trecho situado em território catarinense. Os Estados brasileiros

envolvidos na questão, Santa Catarina e Paraná, após a solvência da disputa com a Argentina, queriam, ambos para si, a região.

O Paraná queria o território que hoje forma o Oeste Catarinense devido a antecedentes históricos que envolviam a participação de povoadores paulistas que se fixaram na região. Até 1853, o Paraná fazia parte da Província de São Paulo. Naquele ano, a Comarca de Curitiba foi elevada à categoria de Província, com o nome de Paraná, cabendo-lhe, de acordo com a Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, que a criou, um território não totalmente demarcado: "A sua extensão e limites são os mesmos da referida Comarca", referindo-se a Curitiba, então Comarca da Província de São Paulo, relatado por Cabral (1970, p. 313-314). Como São Paulo queria que fosse seu o território que se estendia até a fronteira com o Rio Uruguai, o Paraná passou a fazer a mesma reivindicação.

Mas, Santa Catarina estribava sua defesa em argumentos mais sólidos. Defendia o ponto de vista que se referia ao tempo em que foi criada a Ouvidoria de Santa Catarina, em novembro de 1749. E, por ocasião da sua criação, seus limites eram: ao norte, a barra austral do Rio São Francisco, o cubatão do mesmo rio, o Rio Negro e, ao sul, os montes que deságuam na Lagoa Imeri, escreveu Cabral (1970, p. 309). O critério da época para efeito de limites era de que os territórios do interior eram considerados a partir da testada que se fizesse na costa, aprofundando-se a área até onde se encontrassem os espanhóis.

Santa Catarina obteve em 1904, no Supremo Tribunal Federal, em ação movida contra o Paraná, o direito às terras. Por sua vez, o Paraná recorreu mais duas vezes, em defesa de suas pretensões. Em 1910 foi encerrada a questão. Santa Catarina obteve definitivamente a zona geográfica em que se encontra o atual Oeste Catarinense.

A definição da posse das terras era o sinal que faltava aos construtores da ferrovia para que tivessem condições de efetuar as obras.

8 Percival Farquhar e seus investimentos

Por ocasião da primeira decisão favorável a Santa Catarina quanto à posse das terras em litígio com o Paraná, dos 1.453 km previstos para serem implantados em 5 anos, apenas 599 km estavam construídos e já se haviam passado 15 anos. Quanto ao Oeste, nessa época ainda não havia sido construído nenhum quilometro. A Administração Federal permitiu que a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande fosse comprada pela *Brazil Railway Co.*, do americano Percival Farquhar. Os trabalhos foram ativados e o traçado da ferrovia foi, mais uma vez, alterado.

Farquhar foi reconhecido como um dos mais ativos empreendedores americanos. O início de suas atividades no Brasil data de 1904, quando criou, em Toronto, a Companhia Light and Power do Rio de Janeiro, destinada a operar no setor de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro; e da *The São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd.*, criada para explorar iluminação e transporte urbanos na cidade de São Paulo. As duas "Lights" foram fundidas, gerando a *Brazil Traction*, que teve 55% do capital desviado em favor dos incorporadores e a dano dos acionistas.

Farquhar participou também da *Port of Pará*, que operava no setor portuário e da *Brazil Railway Company*, esta no setor ferroviário. Ambas empresas de grande porte e com capitais oriundos do mercado europeu. A *Port of Pará* criou a Companhia de Navegação do Amazonas para concorrer com a *The Amazon Steam Navigation*.

Formava-se em nosso país o grande trust Farquhar, ou Sindicato Farquhar, que conseguiu em dois anos obter empréstimos de 53 milhões de libras esterlinas, enquanto a República, em 25 anos não conseguira tamanho montante.

O Sindicato Farquhar tinha concessão para operar em 47% das ferrovias brasileiras. Após dominar as áreas adjacentes à linha ferroviária, o Sindicato fundou a *Southern Brazil Lumber and Colonization Co*. Instalou várias serrarias, sendo que uma delas operava com capacidade de 5.000.000 de pés de madeira por mês. A totalidade das terras do Sindicato, em todo o território brasileiro eqüivalia a uma área três vezes maior do que o Estado de Santa Catarina.

Em 1917, após desmandos de toda espécie, Farquhar entrou em concordata, a qual não foi homologada. A União optou, apenas em 1940, pela encampação de seus ativos e passivos. As empresas deveriam ser alienadas para que se honrassem os compromissos não saldados pelo truste.

A Ferrovia São Paulo-Rio Grande, no entanto foi preservada. Opera, hoje, como empresa pública sob a razão social de Rede Ferroviária Federal S/A.

De 1901 a 1907 houve uma grande quantidade de decretos e demais dispositivos legais determinando aspectos da construção da ferrovia. Em janeiro de 1907 foi aprovada a construção do primeiro trecho em solo catarinense. Em junho do mesmo ano, dadas as protelações até então ocorridas, que já totalizavam 18 longos anos, foi fixado um prazo de três anos, estipulado como improrrogável, para a construção dos primeiros 50 quilômetros no território catarinense.

Em 1910, a Companhia de Ferro São Paulo-Rio Grande, que era dominada pelo Sindicato Farquhar, obtém a concessão da Estrada de Ferro Tereza Cristina, a qual, somada às

concessões obtidas anteriormente, quais sejam a da linha férrea ligando São Francisco à Foz do Iguaçu, Jaguariaíva a Paranapanema, além da linha Itararé-Rio Uruguai, permite-lhe monopolizar os transportes ferroviários do Sul do Brasil.

Em junho de 1908, visando dinamizar os trabalhos de construção da ferrovia foram contratados 4.000 trabalhadores para o trecho entre Porto União e Rio Uruguai. A importância econômica desta oferta de trabalho pode ser avaliada se confrontada com a população de 31.260 pessoas, conforme apontada para a região Oeste no Censo Demográfico de 1920.

A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande propôs, em maio de 1909, que o limite de 30 contos de reis por quilometro construído, para garantia de juros, fosse elevado para 40 contos de réis. A vantagem oferecida seria a reversão das linhas, à União, após 90 anos sem qualquer ônus. Pela concessão inicial, a União poderia comprar a ferrovia depois de 30 anos da construção, pagando pela mesma um preço a ser ajustado. A proposta de São Paulo-Rio Grande foi aceita em 1910. Para se ter uma idéia do volume da transação, até dezembro de 1909, o custo registrado era de 32.795:672$141, equivalentes à época a 3.689.513,00 libras esterlinas.

Em fins de 1910 a Ferrovia foi concluída e no dia 17 de dezembro daquele ano um comboio de cargas e passageiros trafegou, de Itararé a Santa Maria, fazendo uma velocidade média de 30 km/h. Era possível, então, sair de trem de São Paulo para, 72 horas depois, ao final de 2.152 km, chegar a Porto Alegre.

O Vale do Rio do Peixe estava aberto à colonização. O custo da ferrovia tinha alcançado cifra superior a 30 mil contos de réis, equivalentes a mais de três milhões de libras esterlinas. Cerca de 10.000 pessoas trabalhavam na ferrovia e sentia-se o pulsar da região.

Entretanto a Ferrovia havia sido construída com a preocupação de que a construtora obtivesse o maior lucro possível. Para isto, quilômetros foram alongados, como forma de atingir tal objetivo. Fernando de Azevedo (1958, p. 42) disse a respeito que "o Estado, que aplicava capital ou intervinha com auxílios oficiais na construção das linhas, não se mostrava muito empenhado em exercer seu direito de inspecionar, controlar, retificar e punir...". Multiplicavam-se as curvas que se alargavam em demasia, ou estendiam-se quase se fechando, em forma de ferradura, de tal forma que o trem, serpenteando por encostas ou desviando em brejais, parecia voltar, depois de longo trajeto, ao ponto por onde já havia passado.

O Sindicato Farquhar já possuía, desde 1903, o direito de explorar a madeira da região, através da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em 1906, o direito passou à *Brazil Railway Co.*, que constituiu em 1909 a *Southern Brazil Lumber and Colonization Co.*, cedendo-lhe tais direitos e determinando-lhe que colonizasse a região. A *Lumber* tinha por função extrair a madeira, exportá-la e vender os lotes aos colonos, sendo esta atividade iniciada em 1935. Sua serraria ficava em Três Barras. A atividade da *Lumber* foi encerrada em 1940, quando venceu o prazo de 50 anos para que a colonização fosse executada. Nesta ocasião Getúlio Vargas encampou a *Lumber* com as demais empresas do Grupo Farquhar. Para administrar e posteriormente vender essas empresas o Governo criou a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

Depois de ter sido resolvido o problema de litígio entre o Paraná e Santa Catarina, a região ainda não ficou em paz, pois a área que coube a Santa Catarina possuía muitos terrenos devolutos. Apesar de resolvida a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, o Governo do Paraná expediu até 1917, títulos de domínio para os terrenos devolutos da região

do Contestado. O Governo Catarinense não concordou e, por sua vez, expediu títulos para a mesma área, até 1924, estabelecendo-se, por isto, grande confusão.

Como já mencionado o concessionário da ferrovia tinha a seu dispor, de cada lado da mesma, 15 km de terra. Desses ele escolheria 9 km, multiplicados pelo total de quilômetros da ferrovia. Some-se a isso a distribuição de terras promovida pelos dois Estados, para aquilatar-se o grau de tensão que ia se formando.

A primeira Constituição da República, em 1891, transferia para os Estados todas as terras devolutas, tendo a União se reservado parte do território necessária à defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e ferrovias federais. A Ferrovia São Paulo-Rio Grande era de propriedade particular e não pública. A Carta Magna não dizia se as terras lindeiras, originariamente devolutas, deveriam permanecer ou não com seus proprietários.

Em 1893, os Estados do Paraná e Santa Catarina passaram a expedir os tais certificados de posse, visando a obter o domínio territorial e político da região. A Ferrovia São Paulo-Rio Grande se manteve silenciosa sobre o assunto, até 1907 quando Farquhar adquiriu a empresa, alegando não ser possível desenvolver as linhas férreas sem povoar as suas margens. O Estado do Paraná reconheceu o direito da ferrovia sobre as terras em fevereiro de 1911. Um mês e meio depois, o Governador de Santa Catarina clamava ao Governo Federal para que resolvesse a situação. A resposta obtida dava ganho de causa à Ferrovia. Nem assim o Estado de Santa Catarina reconheceu os direitos do Sindicato Farquhar, pois o Estado havia, anteriormente, distribuído títulos de propriedade e não queria desalojar aqueles a quem dera posse.

A Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande demarcou suas terras, respeitando as posses existentes. Faltou área em relação àquilo que lhe era devido. Por isto ela solicitou ao Estado do Paraná que lhe fossem dadas outras terras devolutas, fora da faixa de 15

km, o que foi feito. O Paraná, porém, determinou que se demarcassem terrenos dentro da área do Contestado, no lado "barriga-verde". Como o Estado de Santa Catarina tivesse reclamado, os paranaenses alegaram ter permitido a demarcação sem que houvessem permitido a posse.

Em fins de 1916, todavia, ao término da questão dos limites, o Paraná expediu títulos de propriedade, relativos ao município de Chapecó, fazendo prevalecer uma cláusula do acordo de limites entre os dois Estados, segundo o qual Santa Catarina respeitaria os direitos existentes com base em atos expedidos pelo Governo do Paraná. Santa Catarina, no entanto, negou-se a reconhecer a validade de tais títulos, expedindo outros, além de vender a terceiros as áreas reclamadas pela Estrada de Ferro.

Em 1924, os tribunais deram ganho de causa a *Brazil Development and Colonization Co.*, quando, após o Estado de Santa Catarina ter sido derrotado, ele emitiu títulos de propriedade. As terras que não chegaram a ser colonizadas 50 anos após o termo inicial, o qual ocorreu em 1890, portanto em 1940, foram incorporadas ao Patrimônio Federal, que os alienou a outros interessados, gerando mais confusão. O Incra começou, em 1975, a regularizar os títulos de posse, valendo-se de desapropriações.

A ferrovia teve, com sua ação implantatória, participação decisiva na formação e no desenvolvimento do Oeste Catarinense. Sua influencia foi mais notada no Vale do Rio do Peixe, nas áreas lindeiras à linha ferroviária, fazendo com que a fixação do colono à terra permitisse o desenvolvimento da área, que passava a contar com um meio de transporte fácil e à porta.

Rio das Antas foi a localidade que teve o privilégio de ser projetada como centro de operações ferroviárias da região sul, dado ser o ponto intermediário da linha que cruzava o

Estado de Santa Catarina. Aí se estabeleceram os colonos que provinham do Vale do Itajaí e do solo gaúcho, atraídos pela fertilidade da terra. A localidade, porém, não vingou.

A Ferrovia, em si não trouxe só benefícios. Sua intenção em relação às terras marginais à linha ferrovia, as quais lhe pertenciam, era extrair madeira, a qual abundava na região, especialmente na parte centro-norte e depois vender as terras nuas para os colonos. Esta atitude levou à formação de contingentes de desalojados que não tinham a quem recorrer, pois não possuíam qualquer título que lhes garantisse a posse. Ajunte-se a esses desalojados os funcionários da ferrovia que foram sumariamente despedidos. Como a seleção de pessoal não se preocupava com a vida pregressa dos contratados e sabendo-se que em meio aos honestos havia pessoas totalmente desqualificadas, fica evidente a insatisfação que passou a reinar. Daí para chegar-se à Guerra do Contestado não foi difícil.

Sem a participação da ferrovia, a região não teria tido o progresso que hoje é notado nela. Entretanto, a Companhia da Estrada de Ferro agiu de forma inadequada quanto à administração da obra, além dos governos dos Estados do Paraná e Santa Catarina terem distribuído títulos de posse de terra indevidamente.

9 O fanatismo de um místico e a guerra do Contestado

Embora a Guerra do Contestado não tenha merecido, historicamente, tanta citação e ênfase quanto a Rebelião de Canudos, deixou marcas profundas na região em que se desencadeou.

A posse das terras foi um móvel ao qual nem sempre foi dada a devida importância pelos analistas da questão. O misticismo dos sertanejos e o banditismo que a conjuntura regional

sugeria também influíram e não podem ser olvidados, posto que constituem a "pedra de toque" da campanha do Contestado.

Mas, a história da ocupação do território nos indica que o direito as terras ou a intenção de ocupá-las também influiu na questão. "...no movimento do Contestado a reivindicação ao direito de terras se tornou consciente, de maneira clara. Isto se exprimia na sistemática destruição dos cartórios, onde havia livros para o registro de imóveis, sempre que os jagunços atacavam as vilas" (QUEIROZ, 1977, p. 179).

A Argentina, que ambicionava a posse da região, teve sua pretensão contrariada, como consta dos anais históricos. Interessante é destacar que o ganho de causa obtido pelo Brasil se deu com base, especialmente, no instituto jurídico de "uti-possidetis". Na região em disputa habitavam, em 1890, de acordo com os dados do Censo Demográfico do mesmo ano, 5.973 pessoas, das quais apenas 30 eram estrangeiras e as demais todas brasileiras. Entre os estrangeiros, que representavam 0,05% da população, não havia nenhum argentino (Wachowicz, 1978). A região em disputa situava-se entre os rios Iguaçu e Uruguai, perfazendo 30.000 km2. A solução definitiva da questão com a Argentina, vivamente interessada no potencial econômico da região ocorreu apenas em 1903, ensina Piazza (1970, p. 47).

Foi importante para a fixação de brasileiros na região o fato de que o Governo Imperial, no ano de 1872, tenha instalado uma Colônia Militar no município de Chapecó, ajudando a marcar de forma oficial a posse brasileira, apesar de que os argentinos já tivessem chegado a dividir o território em cinco departamentos, havendo até definido quais os limites dos mesmos.

Os habitantes que lá se encontravam eram, na sua maioria, oriundos dos campos paranaenses de Guarapuava e Palmas, que tinham sido desbravados por paulistas. Se os

argentinos não obtiveram para si as terras em litígio, talvez tenha sido pelo fato de que os brasileiros aí exercessem atividades econômicas que exigiam e justificavam sua fixação e permanência na terra, enquanto que aqueles desenvolviam atividades extrativas, como a da erva-mate, desbastando as árvores e abandonando-as. Em 1872, os argentinos chegaram a cobrar impostos na região, fixando entre os rios Chapecó e Peperi-Guaçu um agente fiscal, de acordo com Wachowicz (1978, p. 35).

Nessa época, a região era habitada, entre outros elementos, por salteadores de diferentes nacionalidades, que deixaram no ar uma sensação de intranqüilidade. Juntem-se a estes fatos os boatos que corriam, entre o povo rude, mas pacato, sobre as façanhas de tais indivíduos, para se aquilatar o Estado de espírito reinante.

Ocupavam também a região habitantes dos campos de Lages, de Curitibanos e de Campos Novos, e ainda colonos gaúchos, além de criadores de gado oriundos de terras paranaenses.

Por outro lado, havia inúmeros habitantes posseiros, que não portavam nenhum documento que lhes permitisse comprovar a legitimidade da posse da terra que ocupavam. Sua fixação se deu por meio da ocupação de terras desocupadas. Eram sertanejos excedentes das fazendas locais, desvalidos, ou simplesmente indivíduos de mau caráter.

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, como já dissemos, teve efeitos de caráter belicoso sobre o ânimo da população. O contingente humano não possuía legalmente suas terras e passou a sentir-se prejudicado. E isto é bem compreensível, sobretudo se levarmos em consideração que grande parte da tal contingente teve que desbravar a mata virgem.

Este fato, somado ao misticismo religioso, encarnado na figura de um falso monge muitíssimo respeitado no local, deram motivo às escaramuças verificadas. As origens do movimento não eram políticas, no sentido de tomada de poder. O móvel a impelir os sertanejos era o da defesa das terras por ele ocupadas, se bem que a posse que eles detinham não fosse juridicamente comprovável.

O Decreto permissionário da construção da ferrovia tinha fixado a forma de colonização às margens do leito ferroviário. As áreas a serem loteadas haviam sido, em parte, ocupadas muito antes do início das obras por camponeses não portadores de títulos de posse. Também ocuparam ilegalmente tais terras ex-empregados da ferrovia que haviam trabalhado na construção da mesma e que após o término das obras decidiram fixar-se na região, construindo suas casas nas proximidades da linha férrea. Não se conhece o tamanho desse contingente. Sabe-se, porém, que foram recrutados em torno de 10.000 operários, especialmente no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco, e que destes alguns voltaram para suas cidades de origem, outros foram contratados para obras diferente e uma parte fixou-se no próprio Vale do Rio do Peixe.

Vendo-se deslocados por outras pessoas, na sua opinião intrusas, mas na verdade proprietários das terras por aquisição junto à companhia de colonização, os camponeses revoltaram-se, tendo sido insuflados pelos maus elementos existentes na região.

O conjugar desses fatores com distância entre a região e as capitais e a dificuldade no transporte rápido propiciou condições para que o Contestado significasse um pesadelo de aproximadamente quatro anos de lutas, de 1912 a 1916.

As empresas do Sindicato Farquhar, cuja influência no desenvolvimento da região foi marcante, não são o único e principal fator da Campanha do Contestado. Entretanto, não se

pode ignorar que sua atuação foi propícia para o deflagrar do descontentamento, ao desalojar colonos de forma violenta, pela ação da *Lumber*, na parte norte do Vale do Rio do Peixe.

A *Lumber* deparava-se com um problema jurídico: as terras devolutas, que ela deveria colonizar de acordo com o Decreto concessório da construção da estrada, eram da União. Com a Proclamação da República, as terras devolutas passaram da União para os Estados. Aí surgiram as questões de posse: a *Lumber* passou a envolver-se com os Governos Estaduais e os proprietários portadores de títulos de posse expedidos pelos Estados litigantes.

Não foi a disputa do território Contestado por paranaenses e catarinenses que levou os camponeses à luta, sentenciou Gaertner (1974, p. 243). Não pode ser, pois, aventada a hipótese de bairrismo entre as populações dos dois Estados. É óbvio que, àquela altura do século, em que as notícias demoravam a circular, em relação a hoje, não havia como alimentar sentimentos bairristas, especialmente se eram grandes as dificuldades de caráter econômico e de segurança, entre outras, enfrentadas pela população.

As lutas do Contestado punham de um lado os sertanejos, alcunhados de jagunços e de outro lado as tropas do Governo que tratavam de defender os colonos que tinham sido trazidos para a região, dentro dos planos de colonização, além de defenderem a ferrovia e os a ela ligados.

Os ataques dos jagunços foram tais que em fins de 1914 a colonização foi interrompida e os colonos abandonaram suas casas, dirigindo-se para o território gaúcho, segundo Thomé (1970, p. 130).

Findas a Campanha do Contestado e a disputa pela região entre Santa Catarina e o Paraná, o Oeste Catarinense voltou a ser colonizado. O Governo de Santa Catarina, para garantir a posse da área contestada, criou em 1917 quatro municípios: Chapecó, Joaçaba,

Mafra e Porto União. Destes, apenas Chapecó e Joaçaba estão contidos em nossa área de estudo, enquanto que Porto União, por desmembramentos posteriores, está apenas em parte e Mafra não está, eis que se localiza na região do Planalto de Canoinhas.

10 A paz na região e o seu desenvolvimento populacional

Até a época do Contestado as fazendas de criação de gado e a exploração de erva-mate foram as principais atividades econômicas da região, escreveu Santos (1974, p. 105). A ocupação passa a ocorrer, em sua maior parte, por excedentes da região colonial do Rio Grande do Sul, especialmente habitantes da zona rural gaúcha, denotando uma ocupação no sentido sul-norte, ao contrário da tradicional ocupação em direção ao Oeste. Atrativos havia: terras férteis a preços compensadores e facilidades de escoamento da produção através da ferrovia.

Além dos colonos gaúchos. Incluindo-se aí os estrangeiros que inicialmente se tinham fixado no Rio Grande do Sul, fixaram-se no Vale do Rio do Peixe catarinenses de várias regiões.

O Rio Uruguai permitia a exportação de madeira para a Argentina, através de balsas. Além da madeira a região produzia milho e, anos mais tarde, surgiu a criação de porcos como extensão dessas plantações, segundo Santos (1970, p. 106-107).

A data limite para a colonização era o ano de 1940. Cerca de vinte anos para povoar área tão grande parecia pouco. Isto fez com que o preço das terras fosse reduzido, com condições favoráveis de pagamento.

As cidades de Joaçaba e Chapecó, ou melhor, as regiões que elas hoje compõe e lideram, foram colonizadas em diferentes épocas. Joaçaba, pelo fato de estar junto à ferrovia desenvolveu-se antes de Chapecó. Fixaram-se na região de Joaçaba e demais cidades do Vale do Rio do Peixe excedentes populacionais da região colonial gaúcha, ou seja, do norte do Estado do Rio Grande do Sul. Eram alemães, italianos e os descendentes de ambos, na sua grande maioria. Estes contingentes trouxeram à região as culturas do trigo e do milho, surgindo por volta de 1930 a suinocultura comercial. Outro fluxo, provindo dos campos de Palmas, iniciou em 1913 a extração da erva-mate, conforme documentado pela Sudesul (1970, p. 28-31). A madeira também foi atividade importante que hoje, juntamente com a erva-mate, não tem o mesmo destaque, analisou Mattos (1978, p. 111).

Junto com Joaçaba, desenvolveram-se em diferentes graus as localidades situadas às margens dos trilhos e que hoje formam os municípios de Videira, Caçador, Capinzal, Herval d'Oeste, entre outras.

Fora da linha dos trilhos, mais a Oeste e com desenvolvimento marcante temos Concórdia, cidade onde a produção suinícola se desenvolveu através do impulso dado por uma indústria eminentemente nacional e que influiu na atual estrutura agro-pecuária. As necessidades de transporte de produtos frigorificados até São Paulo fez com que fosse criada uma empresa de aviação, hoje inativa.

Chapecó, como o outro pólo oestino da divisão inicial do Contestado é, destacadamente a cidade líder da região. Pela labuta, chegou a obter a criação de uma Secretaria Estadual para cuidar apenas dos interesses da região e cuja sede ela abriga. A colonização marcante ocorreu a partir de 1922, descrito por De Toni et al. (1967, p. 21) tido como o ponto de partida para a situação atual. Três companhias colonizaram a região. Inicialmente a madeira e a erva-mate

eram as principais atividades. Seguiram-se a suinocultura, a avicultura e a produção de cereais. Aqui, como no vale do Rio do Peixe, vieram a fixar-se italianos e alemães do Rio Grande do Sul.

A análise dos dados demográficos, como dos demais, apresenta alguns problemas. A fonte utilizada, os Censos Demográficos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não apresenta de maneira uniforme os dados do período de 1920 a 1980, para que se possa melhor inferir como ocorreu a ocupação territorial. Pode-se entender que nesse intervalo de tempo ocorreu uma substancial melhora no conhecimento de forma geral, além do refinamento das ciências matemática e estatística. Igualmente os recursos disponíveis para coleta e análise de dados por parte do IBGE sofreram evolução considerável.

A metodologia utilizada pelo IBGE, nos vários censos, embora dificulte não impede a análise que se busca fazer. As variações metodológicas introduzidas demonstram que a Fundação IBGE enfrentou problemas, além de ter procurado aprimorar suas informações, no sentido de torná-las mais adequadas à análise econômica.

Outro fator a ser considerado é que a região teve sua área alterada algumas vezes durante o período de que vai até 1980, devido ao enquadramento dos municípios nas micro-regiões homogêneas e quando do desmembramento de área pela criação de novos municípios.

O primeiro recenseamento oficial foi feito no ano de 1982, quando a população do Estado era de 159.802 habitantes. Antes dessa data foram realizadas mais de duas dezenas de levantamentos, com lapsos de tempos diversos, por pesquisadores particulares.

A mais antiga estimativa populacional encontrada é a do ano de 1712, citada por Peluso (1970, p. 51), quando o Estado de Santa Catarina teria 500 habitantes. Não há nessa estimativa citação de população por regiões ou cidades.

A população do Estado triplicou no prazo que medeia a data do primeiro Censo Demográfico Oficial e a do início do período em que a região passa a ter significância para nossa análise, ou seja, entre 1872 e 1920. O Oeste tinha, em 1920, 24.650 pessoas, equivalentes a 4% da população estadual, que era de 668.743 indivíduos, sendo a população brasileira de 30.635.605 habitantes.

O Censo Demográfico de 1980, em sua versão preliminar, apresenta os seguintes dados:

Território	Habitantes	%	%
Brasil	119.024.600	100,0	
Santa Catarina	3.628.761	3,1	100,0
Oeste Catarinense	918.458	0,0	25,3

Entre 1920 e 1980 o crescimento populacional do Oeste foi enorme, se comparado àquele verificado no Estado de Santa Catarina e no Brasil. Enquanto a população do Estado quintuplicou e a do Brasil quase quadruplicou, o Oeste Catarinense teve sua população aumentada quase 37 vezes.

Por volta de 1920 inicia-se, aparentemente, a decolagem desenvolvimentista do Oeste Catarinense, ainda que de forma tímida. A arrancada dada pela região oestina, entre os anos 1960 e 1980 é que permite à mesma sobressair-se no contexto estadual.

Como já dito anteriormente, os migrantes, que são a explicação deste grande aumento verificado na população, procuraram a região pela riqueza do solo. Aqueles que deixaram a zona agrícola do Estado do Rio Grande do Sul não o fizeram pela saturação do mesmo, como afirmam alguns estudiosos, mas pela maior oportunidade representada pelo Oeste, onde a taxa

de retorno dos recursos aplicados se apresentava mais atraente. A região, por outro lado, tinha possibilidade de aumentar a taxa de ocupação da mão de obra, enquanto que nas colônias gaúchas não havia oportunidade para absorver a população decorrente de seu aumento vegetativo, ensinou Lago (1978, p. 128).

Como ocorre tradicionalmente, em processos de ocupação de novas regiões, o setor primário é o mantenedor econômico da sociedade no primeiro momento. Após um certo grau de ocupação rural, surgem as atividades industriais e comerciais. Não região em estudo tal também ocorreu. A industrialização, em seu setor mais relevante, está intimamente ligada ao sistema agro-pecuário.

A população do Estado cresceu muito desde 1712, época da estimativa demográfica mais antiga de que se tem conhecimento. A evolução populacional, a nível estadual, pode ser avaliada no quadro abaixo, onde estão relacionadas as populações estimadas ou recenseadas para vários anos entre 1712 e 1920.

No início do século XVIII o Estado era quase que totalmente inabitado. Cálculos estimativos nos dão ciência de que havia 500 habitantes, os quais ao raiar do século XIX multiplicar-se-iam 42 vezes.

Uma das justificativas de tal crescimento populacional foi a imigração açoriana, que ocorreu entre os anos de 1748 e 1756, descrita por Santos (1974, p. 59). Vieram para o Brasil nessa época, aproximadamente, 5.000 pessoas, a maioria das quais se fixaram em terras catarinenses, conforme Cabral (1970, p. 61-64).

Havia um excesso populacional nas Ilhas do Arquipélago dos Açores em relação à pequena quantidade de terras agriculturáveis disponíveis. Portugal entendia que a solução seria a transposição de parte desta população para outros locais e desta forma o Conselho

Ultramarino[4] em 1746 resolveu promover tal imigração para o Brasil, especificamente para a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), litoral fronteiro e Rio Grande do Sul.

Ano	Livre	Escravos	Total	Crescto. %	Autor da estimativa	Fonte
1712			500			A
1749			4.197	20,0		B
1774			9.058	4,6	Paulo J. M. de Brito	C
1788			16.177	5,6	Paulo J. M. de Brito	C
1796			33.543	13,4		B
1796			23.865	5,9	Saint Hilaire	C
1800			21.068	(2,9)	Paulo J. M. de Brito	C
1810	23.136	7.203	30.339	4,4	Paulo J. M. de Brito	C
1812	25.471	7.578	33.049	4,5	Robert Southey	C
1813			24.808	(24,9)	Paulo J. M. de Brito	C
1813			23.949	(3,5)	A. C. de Araújo Lima	C
1818			44.041	16,8	Mons. Pizarro e A. C. de Araújo Lima	C
1819	34.859	9.172	44.031	(0,0)	Pandiá Calógeras	C
1821			42.599	(1,1)		B
1824			45.430	1,3	Saint Hilaire	C
1837			63.629	2,5	A. C. de Araújo Lima	C
1839	51.576	14.062	65.638	0,2		B
1840	53.707	12.511	66.218	0,3	Antero J. F. de Brito	C
1841	54.632	12.586	67.218	0,8	Antero J. F. de Brito	C
1844	58.432	14.382	72.814	2,1	Antero J. F. de Brito	C
1848			80.000	1,4	A. C. de Araújo Lima	C
1851	72.391	15.546	87.937	1,4		B
1853	71.165	15.025	86.190	(0,4)	J. José Coutinho	C
1854			101.550	5,9	J. José Coutinho	C
1854			107.000	5,4	A. C. de Araújo Lima	C
1857	92.912	18.187	111.099	1,3	J. José Coutinho	C
1860	81.965	16.316	98.281	(1,9)	J. José Coutinho	C
1860	98.281	16.316	114.597	5,5	Francisco C. A. Brusque e A. C. Lima	C
1864	117.418	16.320	133.738	4,2	Francisco J. Oliveira	C
1867	104.459	14.722	119.181	(1,6)	A. B. C. Albuquerque Lacerda	C
1870			154.697	5,0	A. C. de Araújo Lima	C
1872			159.802	0,7	Censo Oficial	C
1874	144.818	14.984	159.802	0,0	João Tomé da Silva	C
1881		10.821	10.821	(10,4)	Pandiá Calógeras	C

[4] As inúmeras atribuições do Conselho Ultramarino fizeram com que ele se tornasse um organismo respeitado e influente, sendo sua maior fonte de renda a tributação imposta aos contratos comerciais. Com efeito, os dízimos, as licenças alfandegárias, as dízimas das baleias, os subsídios dos vinhos, o direito da navegação fluvial e as taxas sobre os escravos eram recolhidos aos cofres do Conselho. No entanto, diversas foram as acusações feitas à máquina administrativa da portentosa repartição: lenta, ineficiente e corrupta. Apesar disso, o Conselho Ultramarino, ouvido em quase todas as questões relacionadas com o Brasil, foi um dos principais motores do processo de colonização de nosso país.

1890			283.769	157,6	Censo Oficial	C
1900			320.289	0,7	Censo Oficial	C
1920			668.743	3,6	Censo Oficial	C
Fontes: A) Peluso Jr., Vitor A, Aspectos da População e da Imigração no Estado de Santa Catarina, in vários autores, *Fundamentos da Cultura Catarinense*, Rio de Janeiro, Ed. Laudes, 1970, p. 51. B) CEPA/SC, Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Santa Catarina, *Estudos Básicos para o Planejamento do Desenvolvimento Agrícola e Rural*, vol. 1, p. 34. C) CABRAL, Oswaldo R., *História de Santa Catarina*, Rio de Janeiro, Ed. Laudes, vol. 1, p. 365.						

O primeiro transporte de açorianos para Santa Catarina ocorreu em 1748, num total de 461 pessoas (Cabral, 1970:63).

Considerando-se que a população estadual recenseada no ano seguinte, isto é, em 1749 era de 4197 habitantes, podemos concluir que no curto espaço que durou esta imigração, ou seja, oito anos, os originários do Arquipélago dos Açores passaram a constituir aproximadamente, 50% da população catarinense.

Se verificarmos que no lapso de um quarto de século, de 1749 a 1774, a população cresceu em menos de 5.000 habitantes, passando de 4.197 para 9.058 habitantes, temos uma forte indicação de que, efetivamente, os portugueses açorianos influíram significativamente na composição e na evolução da população de Santa Catarina.

Em 1800 o Estado possuía 21.068 habitantes, que em 1872, época do Primeiro Censo Demográfico Oficial, passou a 159.802 pessoas, correspondendo a 7,6 vezes àquela população.

No ano seguinte à Proclamação da República, o 2º Censo Demográfico apresentava 283.769 pessoas, ou quase 80% do crescimento em relação ao 1º Censo Demográfico que havia sido realizado apenas 18 anos antes. É de se destacar que entre 1875 e 1880, portanto em apenas cinco anos, são introduzidos mais de 30.000 italianos em Santa Catarina, descreveu Piazza (1970, p. 42).

Durante os 30 anos que separaram os Censos de 1890 e de 1920, a população mais que dobrou, passando de 283.769 habitantes para 668.743, o que representa 136% de crescimento.

Em 1920, o Oeste Catarinense tinha uma população de apenas 24.650 habitantes ou 4% da população estadual. Naquele ano, 53% dos habitantes estaduais eram do sexo masculino e 47% do sexo feminino.

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande já havia sido concluída, tendo trazido para a região um contingente de 10.000 pessoas, muitas das quais se fixaram no Oeste após o término das obras, conforme foi explanado no capítulo 4 desta parte.

Apesar da grande entrada de estrangeiros, ocorrida anteriormente, o contingente desses habitantes em 1920 era pequeno quando confrontado com o de nativos, posto que naquele ano habitavam o Estado de Santa Catarina 668.743 pessoas, das quais 637.500 eram brasileiras e 31.243 estrangeiras, representando 5% da população estadual. Na mesma época, habitavam o Oeste Catarinense 1.058 estrangeiros ou 4% da população total da região.

Num período de 60 anos, entre 1920 e 1980, a evolução da população no Estado de Santa Catarina, foi de 668.743 habitantes para 3.628.761, eqüivalendo a quase 5,5 vezes de crescimento, enquanto que no Oeste o aumento foi de 24.650 para 918.458 habitantes, o que significa quase 37,5 vezes de crescimento. A totalidade do crescimento deve-se ao contingente nativo, pois em números absolutos os estrangeiros decresceram quantitativamente no total do Estado, se bem que tivessem aumentado na região do Oeste Catarinense.

Em 1920 havia no Estado de Santa Catarina 31.243 estrangeiros (equivalentes a 5% da população), reduzidos em 1970 a 10.188 (correspondendo a 1% da população).

No Oeste Catarinense o número de estrangeiros que era de 1.058 em 1920 subiu para 2.769 em 1970, apesar de que percentualmente tenha caído de 4% para menos de 1% da

população regional. Houve um aumento relativo da participação da população do Oeste no contexto estadual, entre 1920 e 1970. Tivemos, nos vários Censos Demográficos a seguinte relação entre a população do Oeste e a do Estado de Santa Catarina: 1920, 4%; 1940, 12%; 1950, 18%; 1960, 22%; 1970, 25% e 1980, 25%.

No que diz respeito à situação domiciliar da população, houve um aumento de habitantes nas zonas urbanas em proporção bem maior do que o crescimento verificado nas zonas rurais. O critério de classificação do que sejam zonas urbanas ou rurais, utilizado no presente trabalho é o mesmo adotado pelo IBGE para efeitos da distribuição espacial da população. O IBGE acata a divisão estabelecida pelos próprios municípios que, através de legislação específica, subdividem sua área em rural e urbana.

Os Censos de 1940, 1950 e 1960 subdividem a população em urbana, suburbana e rural. A população da zona suburbana foi incorporada à zona urbana no Censo de 1970. Os dados apresentados, referentes aos anos anteriores, estão ordenados da mesma forma. No Censo Demográfico de 1920 não consta a população por situação domiciliar .

Em 1940, das 1.178.340 pessoas que compunham a população estadual, 22% habitavam a zona urbana, enquanto que 78% estavam na zona rural. Em 1970, 43% dos habitantes encontravam-se nas cidades e 57% na zona rural. A região oestina tinha, em 1940, 138.466 habitantes. Destes, 11% ou 15.450 pessoas moravam na zona urbana e 89% na zona rural. O Censo de 1970 apontava 730.800 indivíduos no Oeste Catarinense, sendo que 173.541 ou 24% residiam na zona urbana e 55.259 ou 76%, na zona rural.

O aumento populacional do Oeste Catarinense foi mais rápido do que o do Estado como um todo. Entre 1940 e 1970 a população estadual aumentou 2,5 vezes, enquanto que a do Oeste cresceu mais de 5 vezes. Comparando o crescimento das populações urbana e rural,

entre 1940 e 1970, verificamos que a primeira cresceu 5 vezes a nível estadual e 11 vezes na região do Oeste Catarinense, ao passo que a segunda não chegou a dobrar o número de seus habitantes no Estado, mas o quadruplicou no Oeste.

A análise da evolução populacional nos mostra, portanto, que inicialmente o Estado foi colonizado por estrangeiros, os quais vieram movidos por problemas em sua atividade econômica no Arquipélago dos Açores, sem se preocupar com a qualidade do solo brasileiro. A região do Oeste Catarinense teve a povoá-la também, e constituindo-se na maioria dos imigrantes que nela se estabeleceram, pessoas do norte do Estado do Rio Grande do Sul, movidos pela mesma razão que trouxe os açorianos para o Brasil, com a diferença de que os gaúchos tinham conhecimento da fertilidade do solo. A sucessão de novos contingentes populacionais colaborou para que a região atingisse a atual expressividade numérica frente à população do Estado.

A população do Estado de Santa Catarina, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 1980 é de 3.628.761 habitantes.

A região do Oeste Catarinense tem, de acordo com a mesma fonte, 918.458 pessoas, correspondendo a 25% da população estadual. Compõe-na, nesta data, 64 municípios. Seus 10 municípios mais populosos, que representam 10% da população estadual e 41% da oestina, em 1980, são os seguintes:

	Censo Demográfico de 1980		Censo Demográfico de 1970	
Município	Nº	População	Nº	População
Chapecó	1	83.864	1	49.693
Concórdia	2	59.432	2	45.387
Caçador	3	39.295	3	32.927
São Miguel d'Oeste	4	35.795	5	22.365
Xanxerê	5	30.022	4	24.844
Videira	6	28.182	6	21.898
Itapiranga	7	26.496	8	20.212
Campo Erê	8	25.353		
Joaçaba	9	24.689	7	20.789
Xaxim	10	24.518	9	20.106
Fonte: IBGE, Censos de 1970 e 1980				

De acordo com o Censo Demográfico de 1970, a população regional correspondia, como em 1980, a 25% da população estadual, sendo esta de 2.172.534 pessoas e aquela de 730.826. A estrutura municipal do Oeste era a mesma e seus 10 municípios mais populosos, que abrigavam 13% dos habitantes do Estado. Em 1970, neles não constava Campo Erê, que entrou na relação substituindo Mondai, porém em outra posição.

A população estadual em 1970, é 43% urbana e 57% rural, de acordo com os dados do Censo Demográfico do mesmo ano. Na região oestina a população se concentra mais na área rural, que detém 76% dos habitantes, restando 24% para a área urbana. Esta concentração na zona rural tem sido reduzido ao longo do tempo e os dados do Censo Demográfico de 1980 comprovam tal busca pela cidade.

As características da economia regional, com atividades altamente concentradas no setor primário, estão embasadas na predominância da população rural sobre a urbana.

Também temos uma clara evidência do equilíbrio entre os sexos feminino e masculino, com relação à sua participação no total da população estadual. Os dados de 1970 dão

superioridade de apenas 23.670 homens sobre o número de mulheres no Estado, que é de 1.439.032 contra 1.462.702 homens, o que indica que os grandes fluxos migratórios de indivíduos isolados terminaram.

No Oeste existiam, em 1970, 371.615 homens e 359.185 mulheres, sendo estas 12.430 a menos do que aqueles.

A região possui uma percentagem de analfabetos pouco superior à do Estado. Em 1970, 27% da população ou 166.770 pessoas não sabiam ler e nem escrever, enquanto que no Estado 26% eram analfabetos.

A participação, em 1970, dos estrangeiros na população do Oeste Catarinense é pequena. Não foram editados pelo IBGE os dados, das micro-regiões homogêneas, referentes ao país de origem da população de imigrantes estrangeiros que se naturalizou. Tais dados constam do Censo Demográfico de 1970 apenas para os estrangeiros que mantiveram sua nacionalidade. Os estrangeiros que mantiveram sua nacionalidade somavam, naquele ano, no Oeste Catarinense, 2.216 indivíduos, ou menos de 1% da população regional. Tal percentagem não é alterada se adicionarmos a este grupo o número de estrangeiros (553) que adotaram a nacionalidade brasileira. Esta inexpressividade do contingente alienígena não significa que os estrangeiros não tenham ajudado a moldar as características do Oeste Catarinense. Alemães, austríacos, italianos, poloneses e russos representavam 76% dos estrangeiros existentes, em 1970, na região ora estudada e que mantiveram sua nacionalidade.

Da população do Estado de Santa Catarina, em 1970, apenas 10% não eram filhos do solo. Eram naturais do Estado do Rio Grande do Sul 258.420 pessoas estavam localizadas no Oeste 87% dos mesmos. Naquele ano, para um total de 730.800 habitantes na região, 489.819 ou 67% haviam nascido no Estado. O contingente gaúcho explica por que em algumas cidades

oestinas o sotaque é fortemente agauchado, bem como agauchados são os hábitos vestimentais.

A localização das pessoas dentre os setores da economia é diferente no Oeste e no Estado. O setor primário engloba as atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca; são consideradas do setor secundário as atividades industriais, inclusive as de extração mineral, ao passo que ao terciário correspondem operações comerciais e as de prestação de serviços. Foram consideradas economicamente ativas as pessoas que houvessem trabalhado nos doze meses que antecederam à pesquisa do Censo, ainda que no dia do Recenseamento estivessem desempregadas, gozando férias ou detidas à espera de julgamento ou, ainda, os indivíduos com 10 ou mais anos de idade que estivessem procurando colocação no mercado de trabalho pela primeira vez. A população considerada não economicamente ativa era constituída, em 1970, de donas-de-casa, pessoas detidas e em cumprimento de penas, estudantes, aposentados, inválidos, pensionistas, as que viviam de rendas ou exerciam atividades domésticas não remuneradas.

Na região, a população dependia do setor primário em proporção bem maior do que no Estado, quando tomado como um todo, posto que no Oeste Catarinense representava 71% enquanto que no Estado correspondia a 48%. As atividades do setor primário sempre foram a fonte de subsistência da maior parte da população oestina. Uma década antes, ou seja, em 1960, o censo apontava 76% da população regional como dependente deste setor. Os dados do Censo Demográfico de 1920 obedeceram a outra metodologia, não sendo possível um confronto direto com os dados dos Censos de 1960 e 1970.

Há um surto industrializador no Oeste, visível na paisagem pelo surgimento de novas indústrias, cuja instalação é incentivada pelo Governo Estadual. Talvez seja este um ponto

importante do crescimento da população dependente do setor secundário. Em 1960, 6% da população do Oeste vivia às custas do setor secundário e em 1970 tal número se elevou para 11%.

O setor terciário, por sua vez, congregava 15% dos oestinos em 1970, posição muito próxima da de 1960. Já verificamos que a região oestina detinha 27% da população economicamente ativa, sendo que a grande maioria deste percentual dedicava-se às atividades do setor primário.

Como já citado, anteriormente, a população do Oeste Catarinense é de origem rural, porém à medida que o tempo avança tal absolutismo diminui. O setor secundário tem acelerado a absorção de contingentes de mão de obra, demonstrando a sua dinâmica.

A população de migrantes registrado no Oeste, em 1970, representava 46% da população regional. Nessa porcentagem consideravam-se os movimentos internos da região, isto é, aqueles que mudaram sua cidade, porém permaneceram no próprio Oeste e os que nele adentraram , elevando sua população. Este foi o conceito utilizado pelo IBGE para todo o universo da pesquisa, aplicando-se, portanto, ao Estado e ao Oeste.

No ano de 1970 havia 28% de imigrantes no Estado, enquanto que no Oeste eles representavam 46% da população regional.

A maioria dos migrantes oestinos era constituída por gaúchos, os quais representavam 26% da população da região. Provinham das micro-regiões homogêneas Colonial de Erechim, Colonial de Irai, Passo Fundo e Campos de Vacaria, em sua quase totalidade, isto é 98%. (Eletrosul, CNEC). Em virtude de serem habitantes da zona rural, a maioria deles (77%) preferiu fixar-se na micro-região Colonial do Oeste Catarinense, onde o setor agro-pecuário é

mais ativo do que na região Colonial do Rio do Peixe, porque aquela é uma zona de colonização mais recente.

11 Conclusão

Aí está o Oeste Catarinense. Iniciou-se como uma região em que as pessoas foram surgindo aos poucos, em busca de melhores alternativas de vida. Após obterem relativa estabilidade de vida, seus primeiros povoadores passaram a buscar melhoria contínua do padrão de vida que desfrutavam, inculcando em seus descendentes o amor à terra que os acolheu e aonde fincaram suas raízes. A força do trabalho dos primeiros povoadores da região aliada à dos seus descendentes e dos que posteriormente a ela aportaram fez com que de uma região praticamente inabitada por volta do ano 1900, tenha 100 anos depois uma população estimada pelo IBGE em torno de 1.000.000 de habitantes, e um rol de empresas de porte e reconhecidas não só nacionalmente, como em outros países. A alavanca que gerou este desenvolvimento foi o alto grau de empreendedorismo inculcado nos seus habitantes, os quais organizados em pequenas cooperativas de alcance geográfico local e associações comerciais e industriais de porte semelhante, estruturaram-se em um fortíssimo "cluster" ou cadeia produtiva, conforme bem definiu Porter (1989).

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, F. *Um trem corre para o Oeste.* 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BANCO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. *Santa Catarina e a Zona Oeste.* Porto Alegre: Emma, 1968.

CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina.* 2. ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

CABRAL, O. R. et al. *Povo e tradição em Santa Catarina.* Florianópolis: Edeme, 1971.

D´EÇA, O. *Aos hespanhóis confinantes.* Florianópolis: Moderna, 1929.

HASS, M. *O linchamento que muitos querem esquecer:* Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Grifos, 1999.

HEINEN, L. *Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina:* aspectos sócio-políticos, econômicos e religiosos. Joaçaba: Unoesc, 1997.

LAGO, P. F. *Santa Catarina:* dimensões e perspectivas. Florianópolis: UFSC, 1978.

MATTOS, F. M. *A industrialização catarinense.* Florianópolis: UFSC, 1968.

_____. *Santa Catarina:* nova dimensão. Florianópolis: UFSC, 1973.

_____. *Santa Catarina:* tempos de angústia e esperança. Florianópolis: Ed. do Autor, 1978.

PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica:* o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PASOLD, C. L. *Jorge Lacerda:* uma vida muito especial. Florianópolis: Editora OAB/SC, 1998.

PAZ P.; RODRIGUES O. *Modelos de crescimento econômico.* Rio: Fórum, 1972.

PELUZZO Jr.; V. A. *Aspectos da população e da imigração no Estado de Santa Catarina.* Rio: Laudes, 1970.

PORTER, M. E. *A vantagem competitiva das nações.* Rio: Campus, 1989.

QUEIROZ, M. V. *Messianismo e conflito social:* (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-16). 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

RADIN, J. C. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste Catarinense.* Joaçaba: Unoesc, 1996.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico.* Rio: Zahar, 1974.

SC. *Programa de implantação de infra-estrutura agrícola:* PROINFRA. Florianópolis:

Imprensa Oficial, 1980.

SACHET, C. e SACHET, S. *Santa Catarina:* 100 Anos de História, vol 1 do povoamento à Guerra do Contestado. Florianópolis: Século Catarinense, 1997.

SANTOS, S. C. *Nova história de Santa Catarina.* Florianópolis: Ed. do Autor, 1974.

SUDESUL. *Estudo preliminar para um plano integrado dos municípios do Meio-Oeste Catarinense.* Florianópolis: Imprensa Oficial, 1970.

SUDESUL. *Termos de referência da micro-região do Alto Uruguai Catarinense.* Florianópolis: Imprensa Oficial, 1970.

SUDESUL. *Termos de referencia para o processo de planejamento microrregional da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe.* Florianópolis: Imprensa Oficial, 1977.

THOMÉ, N. *Civilizações primitivas do Contestado.* Caçador: Universal, 1981.

_____. *Isto é Caçador:* estudo geográfico do município. Caçador: Universal, 1978.

_____. *Trem de ferro:* história da ferrovia no Contestado. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

UDESC. *Estudo de viabilidade técnica e financeira para a instalação de curso de nível superior em Chapecó.* Chapecó: Alvorada, 1971.

VIEIRA, J. A M. *Diário de um agente itinerante.* Rio: Ed. Leitura, 1969.

WACHOWITS, R. C. *O "uti-possidetis" brasileiro na questão de Palmas.* Joaçaba: Roteiro, 1978.

Os autores

Carlos José Pereira
Mestrado em Gestão de Negócios
Universidade Católica de Santos
e-mail: capereira@amcham.com

Antonio Carlos Freddo
Mestrado em Gestão de Negócios
Universidade Católica de Santos
e-mail: acfreddo@terra.com.br